

**DA PERSEGUIÇÃO DOS CAVALEIROS TEMPLÁRIOS À TERRA DE SANTA
CRUZ: o início de um império global sob a influência da Ordem de Cristo**

**FROM THE PERSECUTION OF THE KNIGHTS TEMPLARY TO THE LAND OF
SANTA CRUZ: the beginning of a global empire under the influence of the Order of
Christ**

Arthur Brum dos Reis¹

RESUMO

Não é possível falar em história portuguesa sem abordar o período de expansão marítima que se deu após o início do século XIV. Entretanto, para entender como ocorreu a transformação de um reino agrário em uma potência da exploração marítima mundial, devemos compreender quais foram os atores envolvidos, sendo um deles a Ordem de Cristo, herdeira direta da Ordem dos Cavaleiros Templários. Dessa forma, este artigo tem como objetivo analisar como o processo de extinção dos templários desdobrou-se na consolidação de uma nova ordem de cavalaria no reino português, observando quais foram as contribuições tecnológicas, financeiras e militares que possibilitaram o pioneirismo luso na navegação do globo. Foram utilizadas fontes primárias, como documentos que regiam ambas as ordens, além da historiografia disponível sobre ambos os assuntos, possibilitando assim uma análise ampliada dos percursos adotados e a ligação entre as ordens. Como resultado, foi possível observar uma clara ligação entre as ordens supracitadas, especialmente no tocante aos princípios levantados no momento de suas fundações. Por outro lado, também restou claro a utilização de tais valores por parte do Império português como um dos motivadores das missões civilizatórias empreendidas pelas embarcações lusas a partir do século XV.

Palavras-Chave: Ordem de Cristo. Ordem dos Cavaleiros Templários. Grandes Navegações. Império Português.

ABSTRACT

It is not possible to talk about Portugal's history without understand the period of maritime expansion that took place after the beginning of the 14th century. However, to understand how the transformation of an agrarian kingdom into a world maritime exploration power took place, we must understand who the actors were involved, one of them the Order of Christ, direct heir of the Order of the Templar Knights. In this way, this article aims to analyze how the process of extinction of the Templars unfolded in the consolidation of a new order of chivalry in the Portuguese kingdom, observing what were the technological, financial and military contributions that made possible the Portuguese pioneering spirit in navigating the globe. For this, primary sources will be used, such as documents that governed both orders, in addition to the historiography available on both subjects, enabling an expanded analysis of the paths adopted and the connection between the orders. As a result, it was possible to observe a clear connection between the orders, especially with regard to the principles raised at the time of their foundations. On the other hand, the use of such values by the Portuguese Empire as one of the motivators of the civilizing missions undertaken by Portuguese ships from the 15th century onwards was also clear.

Keywords: Order of Christ. Order of Templar Knights. Great Navigations. Portuguese Empire.

¹ Graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). E-mail: arthur_breis@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Hoje, no Brasil, podemos encontrá-la em diversos lugares, desde no brasão do clube Vasco da Gama, até no verso do pilar de fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, lançado por Estácio de Sá no ano de 1565 e que se encontra preservada na Basílica de São Sebastião dos Capuchinos, naquela mesma cidade. Em solo português, ela também não foge dos olhos mais atentos, sendo vista logo na entrada do Museu da Marinha portuguesa em Lisboa, adornando os belos azulejos do enorme mapa das conquistas portuguesas, instalado em 2015, e nas condecorações, velas de navios e pinturas espalhadas por todo o museu.

Muitos acreditam se tratar da cruz de malta, equívoco comum. Entretanto, ao analisarmos a história das navegações portuguesas, esse signo familiar aos olhos revela sua origem: A Ordem de Cristo, recebendo o nome de Cruz da Ordem de Cristo; herdeira direta da Ordem dos Cavaleiros Templários após sua extinção em 1312. A característica cruz vermelha com pontas angulares e uma cruz branca simples no meio, acompanharia a história portuguesa desde então, tornando-se um dos símbolos nacionais, estendendo-se ao Brasil mesmo após sua independência (vide bandeira imperial); e ajudando a transformar o reino agrário luso na nação que lideraria a “descoberta do mundo” (CROWLEY, 2016, p. 387).

Sendo assim, laboriosa se torna a tarefa de estudar sobre o *boom* português entre os séculos XIV e XVI sem compreender o papel desempenhado pela Ordem de Cristo e seus cavaleiros no processo de desenvolvimento tecnológico de então e, mais ainda, analisar quais são os resquícios e benefícios gerados pela transformação da Ordem dos Cavaleiros Templários, fundada em 1118, em Jerusalém, resultantes dos acordos de diversos reis portugueses e papas. Devemos, portanto, recuar até o início das Cruzadas, entendendo qual era a missão daquela primeira instituição originária, percebendo assim as rupturas e permanências no decorrer dos anos, guerras e perseguições, até sua mutação e instalação definitiva em Portugal, no ano de 1319.

Tomando como fontes alguns documentos de fundação e normas de conduta das ordens; como a *Regula Pauperum Commilitonum Templi In Sancta Civitate* (FERREIRA, 1735 apud. ADRIÃO, 2011) e o *Formulario de Orações, e Cerimonias para se armarem Cavalleiros, e se lançarem os habitos das Ordens, e Milicias do Nosso Senhor Jesus Chisto* (MONTEIRO, 1798

apud. ADRIÃO, 2011), além de bulas papais e cartas, o presente artigo tem por objetivo a análise (da extinção dos templários e fundação da Ordem de Cristo – 1312 – 1319), propondo-se a examinar a mutação que refletiria diretamente na chegada dos portugueses na Terra de Santa Cruz, um exemplo de como outras perspectivas e novas conexões da história medieval podem contribuir com as pesquisas no Brasil, especialmente quando tratamos dos primeiros contatos aqui realizados. Além disto, visando uma pesquisa qualitativa das informações, também será feito o uso da curta historiografia consagrada sobre o fim dos cavaleiros do templo e, paralelamente, os materiais produzidos sobre a história portuguesa. Ainda quanto às fontes, por tratar-se de um tema pouco explorado pela historiografia brasileira e, frente à dificuldade de acesso à partes da documentação original, estando a maior parte na Torre do Tombo em Lisboa e no Arquivo Apostólico do Vaticano, será feito o uso da obra *Portugal Templário – Vida e obra da Ordem do Templo* (2011), do historiador português Vitor Manuel Adrião, onde se encontram disponíveis transcrições de inventários templários, cartas e regras que pautaram a vida daqueles cavaleiros.

Por fim, a presente pesquisa foi dividida em quatro partes. Na primeira, de visão mais ampla, trataremos de aspectos relativos à Ordem dos Cavaleiros Templários, desde sua idealização, fundação e atuações, até os principais motivos de seu fim e o desenrolar das perseguições ocorridas fora do território português. Já na segunda parte, observaremos como os Templários atuaram em terras lusas desde a sua formação, auxiliando no estabelecimento do reino e na proteção contra inimigos externos, além de sua presença na região e suas relações com a nobreza portuguesa no início das perseguições papais. Em uma terceira etapa, focaremos no período entre os anos de 1312 e 1319, transcorrido entre a extinção da Ordem do Templo e confirmação da criação da Ordem de Cristo pelo Papa João XXII (1249-1334). Na quarta e última, apresentaremos as considerações finais, apontando quais foram as principais contribuições dos Templários na estruturação do reino português por meio da Ordem de Cristo, bem como se deu o aproveitamento da tecnologia militar, marítima e organizacional no desencadear das navegações que levariam ao desembarque de 1500.

OS POBRES CAVALEIROS DO TEMPLO

Fundada em 1120 por Hugues de Payns; durante sua estadia na Terra Santa; e oficializada após o concílio de Troyes no ano de 1129, a Ordem dos Pobres Companheiros Soldados de Cristo e do Templo de Salomão, ou Ordem dos templários, como é mais conhecida, tinha como objetivo fundamental a defesa dos peregrinos que se deslocavam de toda a Europa Ocidental em direção ao oriente, atendendo o chamado do Papa Urbano II para proteção e reconquista das terras da cristandade, em um movimento histórico conhecido como Cruzadas e que se estenderia pelos séculos vindouros.

Até então, se tomarmos a visão tradicional de cavalaria do século XII, observamos que há uma clara divisão entre os cavaleiros que atuavam sob a demanda de seus senhores (geralmente responsáveis por armar seus combatentes em troca de sua lealdade e serviços), e os homens da fé, representantes da Igreja medieval na Europa Ocidental. Tal afirmação pode causar estranhamento em primeiro momento, uma vez que “a principal característica do período medieval é a identificação da Igreja com o conjunto da sociedade (...) resultado da cristianização das populações da bacia do mediterrâneo” (SILVA, 2019, p. 81), o que dificulta a visualização das singularidades dos extratos sociais no tocante à vida sob o ponto de vista cristão. Não obstante, se tomarmos os ensinamentos de Jacques Le Goff (2016, p. 248-249), encontramos um “povo triplo”, em uma sociedade composta por três grupos atuando de forma “distintas e complementares”. São eles: Sacerdotes (*oratores*); Guerreiros (*bellatores*) e camponeses (*laboratores*).

Embora esses grupos, em alguns momentos (especialmente em momentos de guerra), complementassem-se, a criação da Ordem dos Cavaleiros Templários apresentou uma completa atualização neste conceito. Pela primeira vez, tem-se o registro de uma ordem de cavalaria composta por homens da igreja, mesclando as funções de *oratores* e *bellatores*, atuando exclusivamente na guerra e na proteção do povo de Cristo. Os Templários seriam os primeiros, mas não os últimos, combatentes monásticos, realizando votos de castidade e pobreza, aprendendo a combater de maneira disciplinada e de acordo com as diretrizes de combate da cavalaria, empunhando suas armas contra os inimigos da fé sob o símbolo da cruz templária

vermelha, estampada em seus escudos, túnicas e, flamulas². Assim, “mesmo durante seu tempo de vida, os templários foram personagens quase lendários, figurando em histórias populares, obras de arte, baladas e narrativas. Faziam parte da paisagem mental das cruzadas” (JONES, 2021, p. 17-18). Esta popularidade cobraria seu preço.

Com o passar das décadas e com o aumento das campanhas militares sobre o oriente e na Península Ibérica, também sobre o controle do Islã desde o século VIII, a Ordem dos Templários passou a crescer exponencialmente, aceitando até mesmo voluntários camponeses e guerreiros que juravam combater por tempo determinado pela ordem. Durante suas ações de proteção dos peregrinos e cruzados, uma das inovações dos templários seria a criação de um sistema financeiro próprio, onde, para evitar roubos e saques durante a rota, os viajantes poderiam depositar seus valores em uma das diversas casas do templo espalhadas pela Europa Ocidental, retirando o valor somente em seu destino. Além disto, ainda no campo financeiro, após diversas campanhas em defesa dos reinos europeus contra os inimigos externos, como seria o caso de Portugal durante a consolidação de seu território, os monges guerreiros passariam a ser recompensados com castelos, território e investimentos monetários, sobrepujando a ideia de Pobres Cavaleiros, para se tornarem a maior ordem de cavalaria da Europa já no primeiro século se sua existência, adquirindo especial relevância na França, Portugal e Espanha, além de toda a região de domínio cristão no oriente.

Após a queda de Acre em 1291, último ponto de defesa da cristandade na Palestina durante o avanço dos mamelucos sobre a Terra Santa, os Templários foram envolvidos em diversas disputas entre o rei da França, Felipe IV, também conhecido como Felipe, o Belo, e o papado. O principal motivo das disputas seria o campo financeiro, uma vez que a coroa francesa havia se endividado após uma série de campanhas militares conta a Inglaterra e Aragão, levando os cofres reais à bancarrota. Como medida, Felipe propôs que os valores arrecadados pela Igreja em solo francês deveriam ser revertidos ao tesouro real, o que foi firmemente combatido pelo Papa Bonifácio VIII, excomungando-o. As respostas seriam à altura: Felipe enviaria tropas para pressionar o papa, que morreria no ano de 1303. O novo papado, que também se envolveria em

² Inicialmente, as túnicas templárias não possuíam a cruz vermelha. Essa marca característica seria adicionada somente duas décadas após a oficialização da ordem, em 1147.

disputas com o rei francês, duraria somente dois anos, chegando a seu fim após o sumo pontífice morrer por envenenamento em 1305.

Neste momento ascenderia Bertrand de Got (1264-1314), arcebispo de Bordeaux e de confiança de Felipe, adotando o nome de Clemente V, Papa que, apoiado pelo rei, perseguiria e extinguiria a Ordem dos Cavaleiros Templários em toda a Europa. A principal motivação seguiria sendo financeira e militar. Do ponto de vista bélico, a presença dos templários na França representava uma força extremamente trínada e equipada, mas que não respondia pela coroa, e sim à Igreja, o que ia de encontro com as necessidades reais de reforçar pontos de soberania, uma vez que nesse momento “já havia intenções dos monarcas de descentralizar o poder concentrado nas mãos da Igreja (...) centralizando o máximo de poder possível nas mãos dos reis e seus respectivos territórios” (ANDRADE, 2017, p.32). Já sob o ponto de vista econômico, após os gastos exorbitantes com guerras, Felipe começou a obter empréstimos com a casa templária de Paris, o que não pôde ser ressarcido e, sob ordens de Jaques de Molay, grão-mestre da ordem, levou à proibição de novos empréstimos após o ano de 1307³.

Naquele mesmo ano, no dia 13 de outubro, foi expedida uma ordem de prisão de todos os templários do templo de Paris e todas as demais casas da ordem em território francês. Essa decisão seria acompanhada por Clemente V⁴, que ordenaria, em novembro, a captura de todos os templários presentes na Europa. As acusações eram diversas, todas elas visando à difamação da ordem junto à sociedade e os membros da Igreja que ainda apoiavam a *Militia Templi*. Entre os motivos da prisão estavam: cuspir na cruz e negar a Cristo durante os ritos de iniciação, “manter negociações secretas com os muçulmanos, (...) praticar sodomia e outros atos homossexuais, além de adorar ídolos zoomorfos, como ‘Bafomet’” (BRANDÃO, 2021, p. 71). Prisões se seguiram em todas as regiões da Europa, dando-se início a um grande procedimento inquisitorial onde, sob tortura, alguns membros da ordem confirmaram algumas das acusações, embora não haja evidências de que os atos confessados realmente eram um costume dentro das casas templárias.

³ Segundo a Historiadora Bárbara Frale, documentos localizados no Arquivo Apostólico do Vaticano comprovam empréstimos de valores equivalentes à receita anual de uma cidade costeira da Península Itálica em um ano de comércio.

⁴ Em reconhecimento dos atos praticados por Clemente V, Dante Alighieri (1265-1321), reserva um lugar para o Papa junto aos simonistas Bonifácio VIII e Nicolau III no canto XIX da obra *Inferno*.

Foram apresentados a cada irmão 87 ou 88 itens, que eles precisavam admitir ou negar. Os aspectos mais interessantes da confissão eram anotados, mas, à parte isso, era apenas um exercício de terror burocrático. As perguntas eram repetitivas, estereotipadas e monótonas: Isso foi feito com toda a comunidade? Foi repetido depois? Foi ensinado a eles que Jesus não era o verdadeiro Deus, mas um falso profeta? Eles cuspiram na cruz? Pisotearam uma cruz? Faziam isso regularmente? Urinavam na cruz? (...) Alguma vez beijavam outro irmão de forma inapropriada? Onde beijavam? Nas costas? Na barriga? No pênis? Foram informados de que poderiam fazer sexo com outros irmãos? Eles faziam isso? Penetravam ou eram penetrados? (...) E assim por diante. No fim, a maioria dos irmãos confessou, derrotado tanto pelo sofrimento físico quanto pela implacabilidade do processo (JONES, 2021, p. 380).

Após anos de apuração e diversas controvérsias entre a Igreja e os monarcas europeus, em 1312, frente ao Concílio de Viena, por meio da bula *Vox in excelso*, aboliu-se definitivamente a ordem, afirmando que qualquer um que apoiasse ou tivesse a intenção de ingressar nas casas do templo seria considerado um criminoso e imediatamente excomungado. Quanto à reserva financeira, terras e castelos templários, tudo deveria ser entregue à Ordem dos Cavaleiros Hospitalários, o que ocorreu em pequena medida, sendo a maioria desviada para as coroas. Em 18 de março de 1314, após seis anos de prisão, o Grão-Mestre da agora extinta ordem de cavalaria, Jacques de Molay, foi condenado à morte na fogueira, sendo executado em Paris na ilha de île-des-Javiaux. Estava oficialmente materializada a extinção da maior ordem de cavalaria cristã de toda a história medieval da Europa ocidental.

A ORDEM DOS CAVALEIROS TEMPLÁRIOS EM PORTUGAL

A Ordem dos Cavaleiros Templários está diretamente relacionada com a consolidação do reino português. Embora já houvesse registros de movimentação templária no Condado Portucalense desde os anos 1122 (ANDRADE, 2017), as primeiras movimentações militares oficiais da ordem na Península Ibérica datam de 1126, quando os primeiros membros da instituição se instalaram na região do Minho, logo expandindo seu domínio sobre toda a redondeza. Se os Templários tinham como objetivo final a proteção dos peregrinos que viajavam para a Terra Santa, por que se instalariam na porção de terra mais ocidental da Europa? Devemos recordar que toda a região, como já observado, encontrava-se sob domínio do *islão* desde o início do século VIII, quando as primeiras tropas mulçumanas cruzaram o Estreito de Gibraltar para expandir o domínio de sua fé.

Apesar de diversas campanhas cristãs terem sido desencadeadas durante todo o período de ocupação, seria somente em 1123, por meio de uma carta redigida pelo então Papa Calisto II (1119-1124), que tais incursões santas foram apontadas como sendo parte das Cruzadas⁵. Este fato se repetiria durante o Primeiro Concílio de Latrão, onde um documento exarado “sobre a cruzada se referia tanto a Jerusalém como à Ibéria” (RILEY-SMITH, 2019, p. 216), tudo isso somente três anos após as primeiras movimentações templárias na região. Ocorre, a partir de então, um grande estabelecimento de cruzados por toda a península, seja para atuação nas campanhas em nome da Igreja, seja motivado pelo pagamento de alguns reis, guerreando como combatentes dos reinos e guarnecendo áreas militarmente relevantes.

Apesar de recém fundada, a Ordem dos Cavaleiros Templários já havia adquirido certa notoriedade por parte da sociedade ocidental, o que levaria a um contato aproximado entre os representantes da ordem em terras portugalenses e os governadores da região, inclusive com alguns membros da nobreza passando a ocupar a posição de cavaleiro temporário da ordem. Junto a esta aproximação, diversas conquistas territoriais seriam garantidas, o que levaria os reis de Castela e Aragão, monarcas como maior influência na península, a doarem terras para a ordem, além de riquezas e castelos. Em 1139, dissidente do Reino de Leão, surge Portugal, agora um estado independente sob o comando do Rei Afonso Henriques, que logo se ocuparia em doar diversas terras de seu reino à ordem, bem como construir e edificar igrejas e mosteiros para seus membros. Não obstante aos esforços de Henrique, a reconquista completa do que viria a ser o território português ainda levaria 110 anos, após diversas guerras contra os inimigos islâmicos (onde havia a participação templária) e guerras contra os reinos vizinhos (sem a participação da ordem, o que demonstra o caráter não estatal dos membros do templo).

As relações entre a coroa portuguesa e as casas do templo chegariam a tal ponto que, por ocasião da morte do Rei D. Afonso III, em 1271, duas mil libras foram doadas para aquela instituição (ANDRADE, 2017, p. 29). Em um levantamento realizado pelo Historiador português Vitor Manuel Adrião (2011, p. 499 – 512), entre a chegada do primeiro templário no condado portugalense (1126), até a ordem papal de prisão e todos os membros da ordem

⁵ Importante é a observação de que, embora não houvesse a definição oficial de Cruzadas anteriormente, há consenso de que as campanhas militares levadas a cabo na Ibéria, especialmente na região da atual Espanha, encontravam semelhança com o objetivo da Guerra Santa, podendo ser abordadas como resultado do espírito cruzadista que abrangeu toda a Europa após a convocação de Urbano II em 1095, tratando-se, portanto, de uma cruzada *lato sensu* até a oficialização aqui abordada.

espalhados pela Europa (1307), somente em Portugal, os Ordem dos Pobres Companheiros Soldados de Cristo e do Templo de Salomão, que tinham como uma das marcas dois cavaleiros combatendo em um único cavalo, possuíam cento e quarenta e uma propriedades, entre elas igreja, diversos castelos, áreas para agricultura, casas da ordem e até mesmo regiões inteiras, como foi o caso de Tomar, assumida pela ordem em 1160, e Sintra, administrada pelos templários entre os séculos XII e XIII.

Conforme podemos observar, assim como nos outros reinos da Europa Ocidental, os Templários também representavam uma força extremamente forte, tanto militarmente quanto economicamente, dentro do estado português. Embora não prestassem serviços privados à coroa, fica clara a via de mão dupla. Os cavaleiros primeiramente eram demandados nas guerras santas de reconquista e, uma vez conquistado o território, faziam as vezes de forças militares para o controle local, estando presentes em posições estratégicas e preparados para conter qualquer tentativa de invasão e contra-ataque inimigo. Superado o momento da guerra constante, os membros do templo, poderosos financeiramente, passavam a atuar como administradores das terras, desenvolvendo as regiões, edificando igrejas e outras infraestruturas necessárias para o sucesso econômico do então reino agrícola de Portugal. Em troca dessas ações, propriedades eram transferidas para o templo, fortalecendo cada vez mais estas engrenagens. Por fim, como resultado externo, Portugal e, conseqüentemente, a coroa portuguesa, elevavam seus status de reino cristão perante toda a cristandade.

Tal via de mão dupla pode ser observada na Consulta de Reforma da Ordem de Cristo, de autoria desconhecida (enviada em nome da Ordem de Cristo), endereçada à corte Rei D. Felipe I (1581 – 1598), onde lê-se:

Foi situada a Casa desta Ordem no lugar do templo de Jerusalém (...) cresceu tanto o número, e foram tantos os que entraram nela, de todas as partes da Cristandade, e tão grandes as doações que todos os Reis cristãos, em seus reinos lhes fizeram, que em pouco tempo, tiveram, e adquiriram por todos eles, muitas rendas, e muitos privilégios, assim dos Santos Padres no espiritual, como dos Reis no temporal. Com esta ocasião, se derramaram por todas as partes da Cristandade, assim do Oriente, como do Ocidente, e por estes reinos de Portugal, onde já residiam, quando El-Reis D. Afonso Henriques, primeiro rei deles, conquistou os Mouros, que o ocupavam, e com sua ajuda e esforço, os lançou fora deles: pelo que, fez a esta Ordem dos templários grandes doações, e concedeu grandes privilégios, sendo Moestre D Gualdim Pais, depois de vir da Casa de Jerusalém, natural de Braga, criado do dito senhor. (ADRIÃO, 2011, p. 410)

Resta claro, por tanto, que os templários são indissociáveis da história da formação e consolidação de Portugal, assim como também seriam os demais cruzados que atuaram na região. Isso, combinado com a grande quantidade de propriedades do templo em terras lusas, começa a explicar as decisões tomadas pelo Rei D. Dinis após as ordens papais de extinção da ordem, simplesmente mantendo-se inerte, não executando as prisões, mas sim iniciando uma longa caminhada de discussões e acordos com os papas que se seguiram, até finalmente criar a Ordem de Cristo no ano de 1317.

As relações cada vez mais interdependentes entre a ordem do templo e a coroa não poderiam simplesmente serem rompidas, transferindo todas as propriedades da ordem, e, por consequência regiões, castelos e vilas cedidos por Portugal; para os Hospitalários, como ordenou o Sumo pontífice. Além disto, em um reino em franco crescimento, ainda em boa parte agrário; e com desvantagens no meio militar, toda ajuda e experiência seriam necessárias para a longa e gradual ascensão do poder real e, posteriormente, lançar aquele estado no cenário geopolítico mundial.

NÃO FOI EXTINTA, SIMPLISMENTE MUDOU DE NOME

“Costuma-se dizer que em Portugal a Ordem dos Templários não foi extinta, mas simplesmente mudou de nome” (BRANDÃO, 2021, p. 72). Com a morte do Papa Clemente V, e a sua substituição em 1314 pelo Papa João XXII, D. Dinis, que já se encontrava inerte às ordens de prisão dos templários, intensifica a proteção dos bens e casas da ordem, reivindicando a reincorporação das propriedades à tutela real, tudo justificado na necessidade dos combates contra tropas árabes e proteção dos reinos cristãos da Península Ibérica, que veria a expulsão dos últimos mulçumanos somente em 1492, com a ocupação de Granada, atualmente território da Espanha. Um passo importante tomado pelo rei; devemos lembrar que as reivindicações de mutação não se pautavam somente na incorporação do material financeiro, mas também na disponibilidade humana de combatentes templários.

Alegando não ter encontrado qualquer indício de culpa nos membros da ordem estacionados no reino, D. Dinis cria a ordem (1317) que logo seria oficializada pelo novo papa (1319), agregando todas as propriedades e material humano em uma nova Ordem, a Ordem de

Cristo. Aqui está um dos pontos mais importantes da manobra. Embora Brandão (op. cit.) afirme que não houve uma extinção, mas somente uma mudança de nome, podemos discordar em um ponto substancial. Se olharmos para as ações dos Templários em terras portuguesas, não encontramos qualquer utilização de tropas templárias em disputas contra reinos cristãos, vez que a antiga ordem respondia diretamente ao papa, sem qualquer vínculo militar com às coroas dos reinos Europeus. Após a criação da Ordem de Cristo, entretanto, há uma clara transferência de liderança das ações militares, bem como da liderança da ordem, que passou a responder exclusivamente, no campo bélico, ao Rei D. Dinis, já sendo utilizada em guerras internas, como a de sucessão de D. Diniz (1319-1324), e externas, como as escaramuças contra Afonso XI de Castela (1336-1339).

Outra importante mudança; seria a transferência de diversos conhecimentos de navegação para a coroa, que auxiliaria substancialmente a consolidação da armada portuguesa. Durante todo o período das Cruzadas, diversas rotas marítimas foram traçadas entre o ocidente e o oriente, amplamente utilizadas para o transporte de tropas, mercadorias e compartilhamento de conhecimentos. Os Templários, por sua vez, haviam estabelecido pontos de controle por toda a região, realizando navegações com extrema perícia e fazendo o uso de técnicas inovadoras de orientação. Portugal, um reino às margens do oceano Atlântico e sem saída para o Mediterrâneo, precisaria de dominar tais técnicas se quisesse adentrar no contexto internacional de transportes de riquezas e de influência militar na região. Após consolidar seu território contra as investidas de ibéricos e mouros, não sendo possível expandir seu território para Leste, Portugal se vira para o mar e para o Norte da África, região ainda sob controle mulçumano, solucionando a inexperiência naval com a incorporação de antigos templários à Ordem de Cristo, produzindo novos navios e adotando técnicas de combate embarcado, inovação lusa que inauguraria uma nova era na História da Guerra.

Durante todo o decorrer do século XIV, empreendimentos seriam realizados no sentido de desenvolvimento da armada nacional e no desenvolvimento de novas técnicas náuticas. Não coincidentemente, diversos pontos do território português foram utilizados para o fornecimento de matérias primas para a produção de embarcações, cada vez mais atualizadas. Um desses lugares seria Alcáceres do Sal, região privilegiada para a produção do Pinheiro-manso,

amplamente adotado pela produção naval, devido a sua resistência, flexibilidade⁶. Essa seria uma das localidades readquiridas por D. Dinis com a criação da Ordem de Cristo, tendo sido a região de propriedade templária desde 1158, quando foi conquistada após batalhas travadas contra mouros que ocupavam as redondezas⁷.

Não podemos esquecer que, durante todo o século XIV, o espírito cruzadista ainda dominava a mentalidade dos reinos europeus, especialmente os ibéricos, que ainda combatiam com os mulçumanos na porção sudeste da península. Já Portugal, com sua armada modernizada, tecnológica e sem guerras europeias para lutar, uma vez que o reino passava por uma estabilidade militar sem precedentes, estava pronto para se voltar para os territórios do *islão* no norte da África, onde iniciaria suas conquistas pela cidade de Ceuta, em 1415, pelas tropas comandadas pelo Infante D. Henrique e seu irmão.

A conquista de Ceuta, em Agosto de 1415, e, mais importante ainda, o facto de a terem conservado, foram fundamentalmente inspirados pelo ardor de cruzada de infligir um golpe aos infiéis, e pelo desejo dos infantes portugueses de ascendência inglesa de serem armados cavaleiros, de modo espectacular, no campo de batalha. (...) a ocupação de Ceuta possibilitou indubitavelmente aos Portugueses a obtenção de informações acerca das terras dos negros do Alto Níger e do Senegal, de onde o ouro vinha (BOXER, 2011, p. 36)

Além do sucesso na conquista de Ceuta, os Portugueses logo receberiam a benção papal para atuar em nome dos interesses da Igreja por meio de uma série de bulas papais reconhecendo as ações lusas como de interesse da cristandade, realizadas em nome de Deus e para a conversão dos povos não cristãos. Talvez uma das bulas mais significativas; e que demonstra o consentimento do Papa quanto às ações dos reis portugueses; seja a Bula *Dum diversas*, editada em junho do ano de 1452, onde o reino recebe autorização para “atacar, conquistar e submeter sarracenos, pagãos e outros inimigos de Cristo; a capturar os seus bens e territórios; a reduzi-los à escravidão perpétua e transferir suas terras e territórios para o rei de Portugal” (BOXER, 2011, p. 38), tudo isso sob tutela e espada da Ordem de Cristo que, desde o ano de 1920, passara a nomear membros da coroa como grão-mestres da Ordem⁸.

⁶ Há registros da utilização do Pinheiro-manso (conhecido na antiguidade como Pinheiro doméstico) já na produção de embarcações romanas.

⁷ Uma nova reconquista seria necessária em 1217, após avanço de tropas inimigas, permanecendo sob a posse templária (ADRIÃO, 2011, p. 511).

⁸ Tal tradição seria iniciada pelo Papa por meio da Bula *In apostolice dignitatis specula*.

Ato contínuo, no ano de 1456, a ordem recebe a permissão do papa para atuar em nome da Igreja nas questões relacionada à evangelização, nomeação de representantes, bispos e delegados em todas as regiões conquistadas por Portugal. Até então havia uma divisão de influências sob a instituição, a Ordem de Cristo respondia, no campo militar, ao Rei, e no campo catequético, ao papa. Com tal autorização, tem-se início ao que ficaria conhecido como o Padroado Régio, que acompanharia a história colonial das regiões sob domínio luso, inclusive a América Portuguesa, sendo a ordem responsável por nomear e organizar todo o contexto missionário até o ano de 1514, onde a coroa iniciou a criação de bispados para exercer tal função.

Nigel Cliff (2012) apresenta uma detalhada descrição de como os marinheiros portugueses juravam lealdade ao rei e à missão de expansão do cristianismo e do Império Português ao relatar o momento em que Vasco da Gama (1469 – 1524) e sua tripulação são recebidos em um castelo próximo a Lisboa, onde, após exaltar os feitos das campanhas anteriores sobre a África, dando especial destaque para os cavaleiros de Cristo, o rei Manuel lançou uma série de novas campanhas em direção a Ásia, sendo a primeira delas comandada por Vasco da Gama, cavaleiro da Ordem de Cristo, recebendo o título de capitão-mor de sua frota. “Então, todos os homens desfilaram diante do rei, ajoelharam-se e beijaram sua mão” (CLIFF, 2012, p. 179), o capitão, por sua vez, ajoelhou-se sob um estandarte marcado com a cruz vermelha da ordem, onde, com a mão na bandeira, jurou lealdade à coroa e à ordem, prometendo ostentá-la durante todo seu período de prestação de serviços à Deus, não entregando-a “a qualquer mouro, pagão ou outra raça de povo que possa encontrar, e em face de todos os perigos, seja água, fogo ou espada” (CLIFF, 2012, p.179).

Embora essa passagem tenha sido registrada pelo cronista da missão, ela já havia sido realizada em diversas ocasiões, e não seria a última vez que ocorreria. Se analisarmos o ritual de armação da ordem de Cristo (ADRIÃO, 2011, p. 429 – 440), encontraremos diversas passagens em que o cavaleiro armado jura lealdade à coroa, bem como aos interesses do reino português e sua missão evangelizadora. Além de descrever quais seriam as autoridades presentes na cerimônia, há momentos em que textos predefinidos deveriam ser repetidos, sendo nestes momentos em que encontramos passagens como: “Pelo voto de obediência renunciais vossa própria vontade, e entregais ao Mestre da Ordem, que é S. Majestade, ao

qual, em lugar de Cristo nosso senhor, ponde sobre vossa cabeça” (MONTEIRO, 1798 apud ADRIÃO, 2011, p. 434), “Quando passardes pela Vila de Tomar, ireis fazer oração à Igreja do Convento desta Ordem”⁹ (MONTEIRO, 1798 apud ADRIÃO, 2011, p. 435) e, no momento de entrega do hábito, “em nome de Sua Majestade, como Governadora, e perpétua Administradora desta Ordem, cujas vezes, e poderes para isso tenho, vos recebo a ela”. (MONTEIRO, 1798 apud ADRIÃO, 2011, p. 436)

Vestido o Hábito e declarado Cavaleiro da Ordem de Cristo sob a autoridade do rei de Portugal, era entregue ao novo membro sua Carta da Profissão, que era lida em voz alta enquanto o Bentinho, Manto, Cruz e Hábito eram respingados com água benta. A carta continha a seguinte declaração, lida e assinada por todos os cavaleiros da Ordem:

Eu, Fr. N Cavaleiro Professo da Ordem de N. Senhor Jesus Cristo, faço profissão a Deus, e a vós Fulano em nome da Rainha N. Senhora, como Governadora perpétua Administradora da dita Ordem, cuja pessoa por sua comissão representais de obediência, castidade conjugal, e pobreza, conforme aos Estatutos desta ordem até a minha morte, a Sua majestade, e a todos os Mestres, e Governadores, que ao diante em minha vida canonicamente à dita Ordem vierem; e prometo viver, e morrer nela, guardando inteiramente seus estatutos, e definições, por cuja fé, e testemunho, fiz, e assinei essa carta de minha mão nesta Igreja tal, aos tantos dias de tal mês, e ano (MONTEIRO, 1798 apud ADRIÃO, 2011, p. 438-439).

Sob este juramento navegariam Vasco da Gama, Duarte Pacheco Pereira, Bartolomeu Dias e Pedro Alvares Cabral, levando, como imortalizado por Luís Camões “as Armas e Barões assinalados, que da ocidental praia Lusitana, por mares nunca de antes navegados, passaram inda além de Taprobana¹⁰, em perigos e guerras esforçado, mais do que prometia a força humana, e entre gente remora edificaram Novo Reino” (CAMÕES, 2017, p. 27).

Em 1500, as caravelas e naus portuguesas que aqui aportaram; traziam em suas velas e flâmulas as cruzes da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, instituição que desempenharia importante tarefa também na América Portuguesa passando a possuir, segundo autorização papal, os direitos de administração, defesa e exploração da terra. “No dia 26 de abril, Domingo de Pascoa, é rezada a primeira missa em um altar onde, na parte do Evangelho, estava desfraldada a bandeira com a cruz de origem templária da Ordem de Cristo, (...) detentora do

⁹ Local da Quinta casa-mãe da Ordem dos Cavaleiros Templários em Portugal, conquistada por D. Afonso e por tropas templárias em 1147, tendo a administração da cidade ficado sob responsabilidade da ordem a partir de 1160, até a extinção dos templários, quando foi transferida pela Ordem de Cristo.

¹⁰ Ilha de Sri Lanka, país localizado abaixo da Índia. Sob o domínio português entre os anos de 1505 e 1658, ficaria conhecida como Ceilão.

direito exclusivo de propagação da fé” (BRANDÃO, 2021, p. 86). A partir de então, durante todo o período colonial, a Ordem de Cristo atuaria em missões de cristianização em solo americano, na captura, comércio e transporte de cativos para realização de trabalhos forçados e iniciativas que visavam a edificação de defesas do território contra invasões externas.

Aqui se une, portanto, a longa jornada dos Cavaleiros Templários, da Ordem de Cristo e a Terra de Santa Cruz, demonstrando como conexões com a História Medieval podem contribuir para o estudo da História do Brasil sob novas perspectivas, especialmente em seus anos iniciais de colonização. Sem compreender os poderes envolvidos nas navegações dos séculos XV e XVI, bem como as liberdades e direitos conferidos pelo papa a seus atores, torna-se extremamente laboriosa a tentativa de explicar certos fenômenos; como a escravização de povos não cristãos pelos portugueses e todo o espírito cruzadista que acompanha as campanhas no ultramar e, posteriormente, missionárias/catequéticas realizadas durante a colonização portuguesa da América.

A Ordem de Cristo sobreviveria à independência do Brasil (1822), sendo extinta oficialmente em 1834, após o fim das Guerras Liberais (Guerra Civil) Portuguesa. Não obstante, a simbologia dos cavaleiros de Cristo e, por vezes, dos cavaleiros templários, continuaram povoando a iconografia, heráldica e arquitetura lusa, ainda estando sua cruz vermelha presente em condecorações, bandeiras regionais e, obviamente, no brasão da seleção portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resta claro, portanto, que desde a fundação e estabilização de Portugal, podemos encontrar a Influência dos Cavaleiros Templários. Após sua extinção, as manobras de D. Dinis mostraram-se extremamente pontuais e necessárias para a modernização do Estado português e transformação daquele reino agrário em uma nova potência naval, que no século seguinte (XV) iniciaria uma campanha contínua de conquista e expansão do reino luso, sob a justificativa a fé e da cristianização, contanto com aval papal. Não restam dúvidas que as propriedades templárias contribuíram para esta modernização e crescimento do reino, especialmente se considerarmos o poder militar da instituição. Por outro lado, parece forçoso dizer que as

riquezas templárias, por muitos discutida, foram decisivas no financiamento das navegações e consequentemente chegada na América do Sul.

Se tomarmos as navegações desde a conquista de Ceuta até Pedro Álvares Cabral, podemos perceber que diversos empreendimentos, especialmente os levados a cabo pelo Infante D. Henrique, visavam a obtenção de riquezas, estabelecimento de rotas comerciais e captura de mão de obra. Apesar disso, o reino esvaziaria seus cofres em diversos momentos, por necessidade de financiamento das empresas. Charles R. Boxer, historiador britânico e a maior autoridade sobre a história naval portuguesa, observa que o próprio Navegador, como ficou conhecido o Infante, morreria seriamente endividado, deixando os cofres da Ordem de Cristo seriamente comprometidos após gastar os valores no sustento de suas campanhas (BOXER, 2011, p. 41).

Não se trata, portanto, como querem alguns em sua incansável busca por mitos fundadores, de tesouros levados para Portugal após o fim da ordem e que secretamente financiariam o Império Português, muito menos da heroicização dos cavaleiros templários e, posteriormente, da Ordem de Cristo. A Ordem de Cristo não é a Ordem do Templo. Fica evidente que não houve apenas uma mudança de nomes; mudaram-se também as missões, a hierarquia e, sobretudo, ocorreu a estatização de uma pequena parte de uma ordem já extinta. Trata-se, desta forma, de uma manobra de apropriação de riquezas, força militar e propriedades por parte do rei português, buscando o crescimento e modernização de seu reino em um momento pontual, que se encontrava em condições para tal devido a seu contexto interno e externo. Além disto, podemos concluir que o nome da Ordem dos Pobres Companheiros Soldados de Cristo e do Templo de Salomão passaria a integrar o imaginário da população europeia ainda durante as Cruzadas, fato que foi perfeitamente aproveitado pelo reino luso após sua estabilização. A narrativa criada – motivações e ideais cruzados e templários – bem como a utilização dos símbolos e cores da antiga ordem, atuaram como legitimadores das ações do reino em sua expansão, conseguindo cada vez mais poderes militares e, posteriormente, evangelizadores delegados pelo Papa.

Boa parte das relações interestatais se norteiam por narrativas, especialmente no tocante à guerra, conquista de territórios e influência cultural. Naquele momento não seria diferente, adicionando-se à equação os poderes exercidos pela Igreja e pelo Papa no contexto europeu.

No cenário, a utilização dessas estratégias resultaria em territórios, riquezas e, após 1500, o controle administrativo, militar e catequético da Terra de Santa Cruz, da terra do Brasil.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Vitor Manuel. **Portugal Templário**: vida e obra da Ordem do templo. – São Paulo: Madras, 2011

ANDRADE, Flávio Rodrigues. **Uma manobra estratégica de D. Dinis na criação da Ordem de Cristo**. Orientador: Aparecida Marian Nunes. Dissertação (Mestrado em História Ibérica) – Universidade Federal de Alfenas. – Alfenas, Minas Gerais, 2017.

BOXER, C. R. **O império marítimo português**: 1415-1825. 2. ed. – Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011

BRANDÃO, Renato Pereira. **Guerreiros de Cristo na Terra de Santa Cruz**: os Cavaleiros templários e a Expansão Ultramarina Ibérica. – São Paulo: Editora Dialética, 2021

CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas**. – Edição bilíngue português-inglês. – São Paulo: Landmark, 2017

CLIFF, Nigel. **Guerra Santa**: como as viagens de Vasco da Gama transformaram o mundo. – São Paulo: Globo, 2012

CROWLEY, Roger. **Conquistadores**: como Portugal forjou o primeiro império global. – 1. ed. – São Paulo: Planeta, 2016

DISNEY, Anthony R. **A história de Portugal e do Império Português**: das origens da nação até ao fim Antigo Regime, uma visão rigorosa do primeiro império global da história. – Lisboa, Portugal: Universidade de Oxford, 2019

FLORI, Jean. **A cavalaria**: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média. – São Paulo: Madras, 2005

FRANKOPAN, Peter. **A primeira cruzada**. – São Paulo: Planeta do Brasil, 2022

JONES, Dan. **Templários**: Ascensão e queda dos Guerreiros de Deus; tradução de Claudio Carina. – São Paulo: Planeta, 2021

LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente medieval**. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016

RILEY-SMITH, Jonathan. **As Cruzadas**: uma história. – 1. ed. – Campinas, São Paulo: Ecclesiae, 2019

SILVA, Marcelo Cândido da. **História medieval**. – São Paulo: Contexto, 2019